



Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)

V. 4, Nº2, 2019. Página 119 de 236

Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.

Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes

<http://revista.lapprudes.net/> E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

TRABALHOS CIENTÍFICOS (RESUMOS EXPANDIDOS): EIXO 3: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ALTERIDADE

ENSINO DA GEOGRAFIA E A LEI Nº 11.645/08: A QUESTÃO INDÍGENA

ADRIANA PAIXÃO PEQUENO

Graduanda de licenciatura em geografia – IFBA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). paixaoa309@gmail.com.

NAIRA SANTANA PITA

Graduanda de licenciatura em Geografia – IFBA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). nairapita@gmail.com.

Em março de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.645 que se tornou obrigatório inserção do conteúdo de história e culturas das populações indígenas (e também das afro-brasileiras e africanas) para estudantes do Ensino Fundamental e Médio, de escolas públicas e particulares de todo país. Assunto esse de grande importância para que todos os brasileiros (indígenas e não indígenas), possam entender o papel dos povos originários na nossa história, e conseqüentemente do nosso atual momento, levando em consideração que esses povos também foram personalidades importantes para a formação da nossa sociedade. Apesar de a lei ser voltada para o ensino da História, é importante que outras disciplinas contribuam para o conhecimento da cultura indígena, a exemplo da Geografia que também tem um papel fundamental de mostrar a luta dos indígenas pelo seu território, desde a chegada dos portugueses até os dias atuais. Sendo assim o autor Milton Santos vem abordar a importância do conceito do territorial na perspectiva geral. O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2002, pg. 97). Dessa forma é de grande relevância trabalhar este assunto no ensino da Geografia, de modo que os alunos possam perceber como os povos indígenas estão ligados a nossa realidade e na tentativa de reverter gradativamente, o cenário de falta de conhecimento e respeito desses povos e relacionar com os conceitos



Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)

V. 4, Nº2, 2019. Página 120 de 236

Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.

Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes

<http://revista.lapprudes.net/> E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

geográfico. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo relatar o desenvolvimento de atividades ligadas a cultura indígena na disciplina de Geografia durante o período de observação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), realizado em turmas de segundo ano do Instituto Federal da Bahia Campus Salvador, como forma de contribuir e incentivar no processo formativo de futuros docentes da Geografia, pois apesar de ser um assunto que sempre houve e de ser da nossa realidade ainda há dificuldades de ser colocado em prática na sala de aula. O PIBID nas escolas ajuda a proporcionar um melhor desempenho e interesse por parte dos alunos, além de orientar os “pibidianos” numa maneira de abordar tal temática. A atividade envolvendo a cultura indígena ocorreu durante a abordagem do assunto Categoria de análise do espaço geográfico e Tipos de representações do espaço, onde os alunos foram orientados pela professora a fazer um estudo territorial dos povos e territórios indígenas do estado da Bahia, a partir da análise cartográfica fornecida pelo Projeto Geografar, os alunos foram divididos em duplas e cada dupla ficou responsável por pesquisar a história e tradição de uma tribo, além das condições territoriais de posse de terra que as tribos se encontram. Tendo essas informações como base, os alunos, então, elaboraram uma Cartografia social da tribo pesquisada, abordando aspectos históricos, atuais e o que na perspectiva dos alunos deveria ser feito para melhorar as condições sociais desses povos. Os alunos apresentaram a pesquisa e a cartografia, para que as duplas pudessem ter acesso as informações das outras tribos. Essa atividade serviu para explicar aos alunos a importância de se conhecer e valorizar a cultura de cada povo, e principalmente para uma análise sobre a história dos povos indígenas do estado da Bahia e a relação interétnica entre índios e não índios que muitas vezes são cercados por conflitos históricos. Com isso as atividades analisadas que aconteceram com os alunos de segundo ano do ensino médio, obteve resultado considerado satisfatório, tendo em vista que as escolas trazem pouco, ou quase nada sobre a cultura indígena para as salas de aulas e quando trazem, mostram aos alunos os indígenas do passado, fazendo-os pensar que o índio verdadeiro, é aquele que vive somente no âmbito das aldeias, proporcionou aos alunos uma realidade diferente da que eles tinham conhecimento, dessa forma as atividades desenvolvidas foi um forte instrumento de modificação e reflexão sobre a cultura indígena. Além disso contribuiu para a aprendizagem de conceitos geográficos, como Território e Lugar. Dessa forma fica claro que precisa desmitificar o ensino da história e cultura Indígena de forma estereotipada, é necessário que esse conteúdo seja trabalhado na formação dos docentes, como forma, inclusive, de qualificar esses professores a trabalhar esse tema dentro contexto de suas disciplinas, diante dessa circunstância o Estado tem um papel fundamental na intervenção de desenvolver mecanismo para expandir o conhecimento cultural dos povos Indígenas, contudo os estudantes sairão das escolas sabendo o quanto esse povo foi importante para o desenvolvimento da cultura brasileira.

Palavras-chave: Cultura indígena. Ensino. Geografia.



Cadernos Macambira (ISSN 2525-6580)

V. 4, Nº2, 2019. Página 121 de 236

Anais da 6ª Jornada de Agroecologia da Bahia.

Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento

Territorial – LaPPRuDes

<http://revista.lapruedes.net/> E-mail: cadernosmacambira@gmail.com

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 18 de dez de 2018.

GEOGRAFAR. **Povos e Territórios indígenas.** Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_ba_2012_povoseterritoriasindigenas_0.pdf

Acesso em: 20 de Setembro de 2019.